

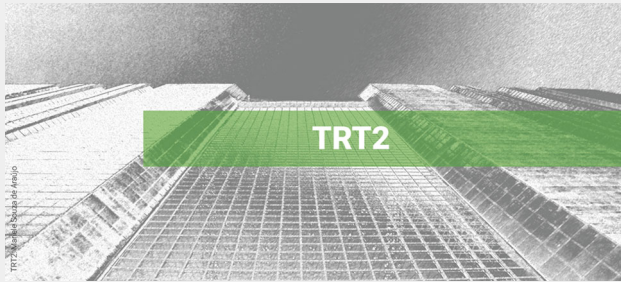
INFORMATIVO TRT2

Atos normativos



Extraordinário

Período: 20 dez. 2022 a 6 jan. 2023



[Ato n. 50/GP, de 19 dezembro de 2022](#)

Aprova o Plano Anual de Auditoria do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região, para o exercício de 2023.

[Portaria n. 52/GP, de 19 de dezembro de 2022](#)

Altera a Portaria n. 57/GP, de 28 de agosto de 2015, para incluir novo processo de Tecnologia da Informação, na forma que especifica.

[Portaria n. 34/DGA, de 20 de dezembro de 2022](#)

Designa servidores para atuarem como Gestores e Fiscais dos contratos administrativos celebrados no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região, na forma que especifica.

[Provimento n. 2/GP, de 20 de dezembro de 2022](#)

Altera o Provimento n. 1/GP, de 21 de outubro de 2021, para esclarecer as hipóteses em que os autos principais serão obrigatoriamente encaminhados à Coordenadoria de Cálculos em Precatórios e Requisições de Pequeno Valor e dá outras providências.

[Ato n. 1/DGA, de 26 de dezembro de 2022](#)

Subdelega competências aos(às) gestores(as) das unidades administrativas, na forma que especifica.

[Ato n. 47/GP, de 26 de dezembro de 2022](#)

Delega competência ao Diretor-Geral da Administração para os fins que especifica.

[Ato n. 51/GP, de 26 de dezembro de 2022](#)

Altera o Ato n. 30/GP, de 30 de setembro de 2016, para dispor sobre o novo horário de funcionamento do Berçário Ternura, Risos e Travessuras, na forma que especifica.

[Portaria n. 35/DGA, de 26 de dezembro de 2022](#)

Divulga o custo do processamento do processo de penalidade, nos termos do Ato n. 24/GP, de 27 de maio de 2022, na forma que especifica.

[Portaria n. 53/GP, de 26 de dezembro de 2022](#)

Designa magistrado para atuar como Juiz Presidente dos Leilões Judiciais no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região, na forma que especifica.

[Portaria n. 54/GP, de 26 de dezembro de 2022](#)

Altera a Portaria n. 57/GP, de 28 de agosto de 2015, para incluir novo processo de Tecnologia da Informação, na forma que especifica.

[Ato n. 52/GP, de 27 de dezembro de 2022](#)

Altera o Ato n. 5/GP, de 12 de janeiro de 2022, que regulamenta as substituições e os auxílios em segundo grau de jurisdição, na forma que especifica.

[Portaria n. 55/GP, de 27 de dezembro de 2022](#)

Torna sem efeito a Portaria n. 54/GP, de 26 de dezembro de 2022, que inclui novo processo de Tecnologia da Informação.

[Portaria n. 1/GP, de 3 de janeiro de 2023](#)

Dispõe sobre a convocação do(a) segundo(a) magistrado(a) em caráter excepcional para auxiliar no Tribunal e dá outras providências.

[Portaria n. 1/GP.CR, de 3 de janeiro de 2023](#)

Prorroga o período de fechamento do prédio que abriga o Fórum Trabalhista do Guarujá, na forma que especifica.

[Portaria n. 2/GP.CR , de 4 de janeiro de 2023](#)

Dispõe sobre a data de inauguração do novo prédio que sediará o Fórum Trabalhista de Cubatão e altera a Portaria n. 10/GP. CR, de 12 de dezembro de 2022, na forma que especifica.

[Portaria n. 1/DGA, de 4 de janeiro de 2023](#)

Designa servidor como Assessor Técnico da Divisão de Transporte Institucional, na forma que especifica.

[Portaria n. 2/DGA, de 4 de janeiro de 2023](#)

Designa servidores para atuarem como gestores e fiscais dos contratos administrativos relativos a serviços de engenharia, celebrados no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região.

[Portaria n. 3/DGA, de 4 de janeiro de 2023](#)

Designa servidores para atuarem como gestores e fiscais dos contratos administrativos relativos à locação de imóveis, celebrados no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2.

Região.

[Portaria n. 4/DGA, de 4 de janeiro de 2023](#)

Designa servidores para atuarem como gestores e fiscais dos contratos administrativos relativos à tecnologia da informação e comunicações, celebrados no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região.

[Portaria n. 5/DGA, de 4 de janeiro de 2023](#)

Designa servidores para atuarem como gestores e fiscais dos contratos administrativos relativos a serviços prediais, celebrados no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região.

[Portaria n. 6/DGA, de 4 de janeiro de 2023](#)

Designa servidores para atuarem como gestores e fiscais dos contratos administrativos celebrados no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região.

[Portaria n. 7/DGA, de 4 de janeiro de 2023](#)

Designa servidores para atuarem como gestores e fiscais dos contratos administrativos sem ônus, celebrados no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região.

[Portaria n. 8/DGA, de 4 de janeiro de 2023](#)

Designa servidores para atuarem como gestores e fiscais dos contratos administrativos relativos a serviços terceirizados, celebrados no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região.

[Portaria n. 9/DGA, de 4 de janeiro de 2023](#)

Revoga as portarias de gestores e fiscais dos contratos administrativos celebrados no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região, na forma que especifica.

Órgãos de interesse

TST

[Ato n. 784/SEGJUD.GP, de 19 de dezembro de 2022](#)

Divulga a composição do Tribunal Superior do Trabalho e de seus Órgãos Judicantes.

[Resolução Administrativa n. 2.412, de 19 de dezembro de 2022](#)

Referenda o Ato n. 742/SEGPE.S. GDGSET. GP, de 5 de dezembro de 2022, que altera o inciso III do art. 8º da Resolução Administrativa n. 1970, de 20 de março de 2018, que regulamenta o teletrabalho no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho.

[Ato Conjunto n. 94/TST.CSJT.GP, de 21 de dezembro de 2022](#)

Dispõe sobre a republicação do Cronograma Anual de Desembolso Mensal da Justiça do

CSJT

[Ato n. 1/CSJT.SG.SECMAT, de 16 de dezembro de 2022](#)

Dispõe sobre a composição das Comissões Examinadoras da Prova Objetiva Seletiva, da Prova Escrita Discursiva, da Prova Prática de Sentença e da Prova Oral, da Comissão de Heteroidentificação para Avaliação dos Candidatos Autodeclarados Negros e da Comissão Multiprofissional para avaliação dos Candidatos com Deficiência, do II Concurso Público Nacional Unificado para ingresso na carreira da Magistratura do Trabalho.

[Ato n. 2/CSJT.GP.SG.SECMAT, de 16 de dezembro de 2022](#)

Institui o Grupo de Trabalho Nacional destinado a realizar estudos e propor diretrizes para o II Procedimento Unificado de Remoção de Juízes do Trabalho Substitutos.

[Ato n. 3/CSJT.GP.SG.SECMAT, de 19 de dezembro de 2022](#)

Suspende as remoções, a pedido, de Juízes do Trabalho Substitutos.

[Ato n. 206/CSJT.GP.SG.SEOFI, de 21 de dezembro de 2022](#)

Abre ao Orçamento da Justiça do Trabalho, em favor dos Tribunais Regionais do Trabalho da 2ª, 3ª, 9ª e 16ª Região, crédito suplementar, no valor global de R\$ 3.997.537,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

[Ato Conjunto n. 96/TST.CSJT.GP, de 23 de dezembro de 2022](#)

Altera o calendário oficial do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho para o ano de 2023.

[Ato n. 208/CSJT.GP.SG.SEOFI, de 23 de dezembro de 2022](#)

Abre ao Orçamento da Justiça do Trabalho, em favor dos Tribunais Regionais do Trabalho da 2ª, 6ª, 7ª, 9ª, 10ª, 13ª, 16ª, 18ª, 19ª, 20ª, 21ª e 22ª Região, crédito suplementar, no valor global de R\$ 14.204.937,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

[Edital n. 1, de 5 de janeiro de 2023: II Concurso Público Nacional Unificado para ingresso na carreira da Magistratura do Trabalho](#)

Dispõe sobre a abertura das inscrições para o Segundo Concurso Público Nacional Unificado para Ingresso na Carreira da Magistratura do Trabalho, de provas e títulos para provimento de cargos de Juiz do Trabalho Substituto.

CNJ

[Recomendação n. 139/CNJ, de 12 de dezembro de 2022](#)

Recomenda aos magistrados e às magistradas que observem as regras e práticas destinadas ao combate ao trabalho infantil, nos procedimentos pertinentes à expedição de alvarás para participação de crianças e adolescentes em ensaios, espetáculos públicos, certames e

atividades afins.

[Resolução n. 482/CNJ, de 19 de dezembro de 2022](#)

Atualiza a Resolução n. 303/CNJ, de 18 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a gestão dos precatórios e respectivos procedimentos operacionais no âmbito do Poder Judiciário.

[Resolução n. 483/CNJ, de 19 de dezembro de 2022](#)

Institui o Sistema Nacional de Gestão de Bens (SNGB) e dá outras providências.

[Portaria n. 425/CNJ, de 20 de dezembro de 2022](#)

Dispõe sobre a Estrutura Orgânica do Conselho Nacional de Justiça.

[Portaria n. 1/CNJ, de 4 de janeiro de 2023](#)

Revoga e altera a situação de Portarias da Secretaria-Geral no Portal CNJ.

Ministério do Trabalho e Previdência

[Portaria n. 4.101/MTP, de 16 de dezembro de 2022](#)

Aprova a redação da Norma Regulamentadora n. 38 - Segurança e Saúde no Trabalho nas Atividades de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos. (Processo n. 19966.100874/2021-19).

[Portaria n. 4.198/MTP, de 19 de dezembro de 2022](#)

Altera a Portaria n. 671/MTP, de 8 de novembro de 2021, que regulamenta disposições relativas à legislação trabalhista, à inspeção do trabalho, às políticas públicas e às relações de trabalho. (Processo n. 19964.120089/2022-83).

[Portaria n. 4.218/MTP, de 20 de dezembro de 2022](#)

Aprova a nova redação da Norma Regulamentadora n. 35 - Trabalho em Altura. (Processo n. 19966.101100/2021-13).

[Portaria n. 4.219/MTP, de 20 de dezembro de 2022](#)

Altera a nomenclatura de Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA nas Normas Regulamentadoras em virtude da Lei n. 14.457, de 21 de setembro de 2022. (Processo n. 19966.100910/2021-44).

[Portaria n. 4.223/MTP, de 20 de dezembro de 2022](#)

Altera a redação do item 31.7.4 da Norma Regulamentadora n. 31 - Segurança e saúde no trabalho na agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e aquicultura. (Processo n. 19966.100364/2020-61).

[Portaria n. 4.227/MTP, de 20 de dezembro de 2022](#)

Disciplina as regras e os critérios para a implantação da portabilidade e da interoperabilidade de que trata a Lei n. 6.321, de 14 de abril de 1976, que dispõe sobre a

dedução do lucro tributável para fins de imposto sobre a renda das pessoas jurídicas, do dobro das despesas realizadas em programas de alimentação do trabalhador, e regulada pelo Decreto n. 10.854, de 10 de novembro de 2021. (Processo n. 19964.122239/2022-93).

[Instrução Normativa n. 2/GMTP.MTP, de 22 de dezembro de 2022](#)

Altera a Instrução Normativa n. 2, de 8 de novembro de 2021, para disciplinar as análises de acidentes do trabalho realizadas pelos Auditores-Fiscais do Trabalho. (Processo n. 19966.117363/2022-17).

[Portaria n. 4.248/SPREV.MTP, de 22 de dezembro de 2022](#)

Autoriza a divulgação da versão 3.4 do Manual do Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios - Pró-Gestão RPPS.

[Instrução Normativa n. 3/GMTP.MTP, de 28 de dezembro de 2022](#)

Altera a Instrução Normativa n. 2, de 8 de novembro de 2021, para dispor sobre o procedimento administrativo de anotação da CTPS Digital previsto no § 3º do art. 29 do Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943 - CLT, nas situações em que o Auditor-Fiscal do Trabalho constatar, no decorrer de uma inspeção, o descumprimento pelo empregador das obrigações previstas no art. 29 do Decreto-Lei n. 5.452, de 1943 - CLT. (Processo n. 19966.129226/2022-25).

[Portaria n. 4.370/MTP, de 28 de dezembro de 2022](#)

Altera a Portaria n. 671, de 8 de novembro de 2021, para dispor sobre o procedimento administrativo de anotação da CTPS Digital previsto no § 3º do art. 29 do Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943 - CLT, nas situações em que o Auditor-Fiscal do Trabalho constatar, no decorrer de uma inspeção, o descumprimento pelo empregador das obrigações previstas no art. 29 do Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943 - CLT. (Processo n. 19966.129226/2022-25).

[Portaria n. 4.371/MTP, de 28 de dezembro de 2022](#)

Altera a Portaria n. 4.223, de 20 de dezembro de 2022, para inserir a definição de cabine fechada no Glossário da Norma Regulamentadora n. 31. (Processo n. 19966.100364/2020-61).

[Portaria n. 4.372/MTP, de 28 de dezembro de 2022](#)

Altera a Portaria n. 4.218/MTP, de 20 de dezembro de 2022, para incluir as regras de aplicabilidade do Anexo III da Norma Regulamentadora n. 35 às escadas fixas já instaladas e às escadas portáteis em uso. (Processo n. 19966.101100/2021-13).

[Portaria Conjunta n. 47/MTP.INSS, de 29 de dezembro de 2022](#)

Altera a Portaria Conjunta n. 7/MTP. INSS, de 28 de julho de 2022, que, na forma do § 14 do art. 60 da Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991, disciplina as condições de dispensa da emissão de parecer conclusivo da Perícia Médica Federal quanto à incapacidade laboral e a concessão do benefício por meio de análise documental pelo Instituto Nacional do Seguro

Social, de que trata o § 14 do art. 60 da Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991. (Processo n. 10128.104313/2022-77).

[Portaria n. 4.406/MTP, de 29 de dezembro de 2022](#)

Altera o Anexo II da Norma Regulamentadora n. 28 - Fiscalização e Penalidades. (Processo n. 19966.100270/2019-58).

[Portaria n. 4.390/MTP, de 29 de dezembro de 2022](#)

Altera a Portaria n. 3.733/SEPRT, de 10 de fevereiro de 2020, que estabelece o cronograma de implementação para itens específicos da NR-18. (Processo n. 19966.100043/2020-66).

Ministério da Economia

[Portaria n. 10.723/SGP.SEDGG.ME, de 19 de dezembro de 2022](#)

Estabelece orientações e procedimentos aos órgãos e entidades integrantes da administração pública federal direta, autárquica e fundacional sobre a redistribuição de cargos efetivos ocupados.

[Portaria Conjunta n. 103/RFB.PGFN, de 21 de dezembro de 2022](#)

Altera a Portaria Conjunta n. 895/RFB. PGFN, de 15 de maio de 2019, que dispõe sobre o parcelamento de débitos para com a Fazenda Nacional.

[Portaria n. 10.826/PGFN.ME, de 21 de dezembro de 2022](#)

Regulamenta, no âmbito da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, os requisitos formais, a documentação necessária e os procedimentos a serem observados uniformemente para a utilização de créditos líquidos e certos decorrentes de decisões transitadas em julgado para quitação de débitos inscritos em dívida ativa da União, na forma do art. 100, § 11, da Constituição Federal.

[Instrução Normativa n. 96/SEGES.ME, de 23 de dezembro de 2022](#)

Dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por maior retorno econômico, na forma eletrônica, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

[Portaria n. 10.965/SGP.SEDGG.ME, de 23 de dezembro de 2022](#)

Declara o exaurimento de atos editados no âmbito do órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC.

[Portaria n. 10.988/SEGES.ME, de 23 de dezembro de 2022](#)

Institui o canal de atendimento para o envio eletrônico de documentos, solicitações e requerimentos - Protocolo. GOV. BR, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

[Instrução Normativa n. 98/SEGES.ME, de 26 de dezembro de 2022](#)

Estabelece regras e diretrizes para o procedimento de contratação de serviços sob o regime

de execução indireta de que dispõe a Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

[Portaria n. 11.090/ME, de 27 de dezembro de 2022](#)

Divulga os dias de feriados nacionais e estabelece os dias de ponto facultativo no ano de 2023, para cumprimento pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

[Portaria n. 11.265/SGP.SEDGG.ME, de 29 de dezembro de 2022](#)

Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC, quando da realização de consultas ao Órgão Central do SIPEC, relacionadas à orientação e esclarecimentos quanto à aplicação da legislação de gestão de pessoas, dentre outras providências.

[Portaria n. 11.266/ME, de 29 de dezembro de 2022](#)

Define os códigos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE abrangidos pelo disposto no art. 4º da Lei n. 14.148, de 3 de maio de 2021.

[Instrução Normativa n. 103/SEGES.ME, de 30 de dezembro de 2022](#)

Dispõe sobre os procedimentos de seleção de imóveis para locação no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

Poder Executivo

[Decreto n. 11.303, de 22 de dezembro de 2022](#)

Altera o Decreto n. 9.296, de 1º de março de 2018, que regulamenta o art. 45 da Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência.

[Decreto n. 11.306, de 22 de dezembro de 2022](#)

Altera o Decreto n. 10.835, de 14 de outubro de 2021, quanto às regras sobre requisição de pessoal.

[Decreto n. 11.309, de 26 de dezembro de 2022](#)

Institui o Programa Nacional Qualifica Mulher.

[Decreto n. 11.311, de 27 de dezembro de 2022](#)

Institui a Rede de Curadoria dos Atos Normativos Federais e dispõe sobre o Portal da Legislação do Planalto e suas evoluções tecnológicas.

[Decreto n. 11.313, de 28 de dezembro de 2022](#)

Regulamenta a Lei n. 14.206, de 27 de setembro de 2021, que institui o Documento Eletrônico de Transporte - DT-e, e estabelece a respectiva política nacional no âmbito da administração pública federal.

[Medida Provisória n. 1.152, de 28 de dezembro de 2022](#)

Altera a legislação do Imposto sobre a Renda das Pessoa Jurídicas - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL para dispor sobre as regras de preços de transferência.

[Decreto n. 11.317, de 29 de dezembro de 2022](#)

Atualiza os valores estabelecidos na Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

[Medida Provisória n. 1.153, de 29 de dezembro de 2022](#)

Dispõe sobre a prorrogação da exigência do exame toxicológico periódico, altera a Lei n. 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, altera a Lei n. 11.442, de 5 de janeiro de 2007, quanto ao seguro de cargas, e altera a Lei n. 11.539, de 8 de novembro de 2007, quanto às cessões de Analistas de Infraestrutura e Especialistas em Infraestrutura Sênior.

[Medida Provisória n. 1.154, de 1º de janeiro de 2023](#)

Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.

Poder Legislativo

[Lei n. 14.386, de 27 de junho de 2022](#)

Altera a Lei n. 9.696, de 1º de setembro de 1998, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de Educação Física e cria o Conselho Federal de Educação Física e os Conselhos Regionais de Educação Física.

[Lei n. 14.456, de 21 de setembro de 2022](#)

Transforma cargos vagos das carreiras de Auxiliar Judiciário e de Técnico Judiciário em cargos vagos da carreira de Analista Judiciário no Quadro Permanente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios; e altera a Lei n. 11.416, de 15 de dezembro de 2006, para exigir curso de ensino superior completo como requisito para a investidura na carreira de Técnico Judiciário do Poder Judiciário da União.

[Lei n. 14.457, de 21 de setembro de 2022 \[Promulgação de parte vetada\]](#)

Institui o Programa Emprega + Mulheres; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis n.s 11.770, de 9 de setembro de 2008, 13.999, de 18 de maio de 2020, e 12.513, de 26 de outubro de 2011.

[Lei n. 14.479, de 21 de dezembro de 2022](#)

Institui a Política Nacional de Desfazimento e Recondicionamento de Equipamentos Eletroeletrônicos e dispõe sobre o Programa Computadores para Inclusão.

[Lei n. 14.508, de 27 de dezembro de 2022](#)

Altera o art. 6º da Lei n. 8.906, de 4 de julho de 1994, que "Dispõe sobre o Estatuto da

Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)", para estabelecer normas sobre a posição topográfica dos advogados durante audiências de instrução e julgamento.

[Lei n. 14.509, de 27 de dezembro de 2022](#)

Dispõe sobre o percentual máximo aplicado para a contratação de operações de crédito com desconto automático em folha de pagamento; altera a Lei n. 14.431, de 3 de agosto de 2022; revoga dispositivos da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990; e dá outras providências.

[Lei n. 14.510, de 27 de dezembro de 2022](#)

Altera a Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990, para autorizar e disciplinar a prática da tele-saúde em todo o território nacional, e a Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência; e revoga a Lei n. 13.989, de 15 de abril de 2020, que dispõe sobre o uso da telemedicina durante a crise causada pelo coronavírus (SARS-CoV-2).

Congresso Nacional

[Emenda Constitucional n. 126, de 21 de dezembro de 2022](#)

Altera a Constituição Federal, para dispor sobre as emendas individuais ao projeto de lei orçamentária, e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para excluir despesas dos limites previstos no art. 107; define regras para a transição da Presidência da República aplicáveis à Lei Orçamentária de 2023; e dá outras providências.

[Emenda Constitucional n. 127, de 22 de dezembro de 2022](#)

Altera a Constituição Federal e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para estabelecer que compete à União prestar assistência financeira complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios e às entidades filantrópicas, para o cumprimento dos pisos salariais profissionais nacionais para o enfermeiro, o técnico de enfermagem, o auxiliar de enfermagem e a parteira; altera a Emenda Constitucional n. 109, de 15 de março de 2021, para estabelecer o superávit financeiro dos fundos públicos do Poder Executivo como fonte de recursos para o cumprimento dos pisos salariais profissionais nacionais para o enfermeiro, o técnico de enfermagem, o auxiliar de enfermagem e a parteira; e dá outras providências.

[Emenda Constitucional n. 128, de 22 de dezembro de 2022](#)

Acrescenta o § 7º ao art. 167 da Constituição Federal, para proibir a imposição e a transferência, por lei, de qualquer encargo financeiro decorrente da prestação de serviço público para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

Conselho Federal de Fonoaudiologia

[Resolução n. 687/CFFA, de 9 de dezembro de 2022](#)

Dispõe sobre a revogação das Resoluções n. 576/CFFA, de 19 de junho de 2020. e n. 577/CFFA, de 19 de junho de 2020, que dispõem sobre os atendimentos ambulatoriais, em

domicílio ou em instituição de longa permanência na vigência dos riscos de contágio pelo coronavírus (SARS-CoV-2), e dá outras providências.

Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região

Edifício Sede - Rua da Consolação n. 1272
CEP 01302-906 - São Paulo - SP
Tel: (11) 3150-2359

Elaborado pela Secretaria de Gestão Jurisprudencial, Normativa e Documental



Basis TRT2

Revista do Tribunal